

O ENSINO DE FILOSOFIA E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A FORMAÇÃO DE IDENTIDADES NEGRAS

Gisele Rose da Silva

SEEDUC-RJ

Email: rose.gisele@gmail.com

O presente resumo justifica-se pela percepção de que a educação, enquanto fenômeno social, está inscrita em uma construção ideológica, ou seja, os processos educativos são produtos e produtores de escolhas políticas, tendo como base evidenciar a importância do ensino de filosofia nas escolas, explicitando esta disciplina como fonte de saberes para a formação discente, para a formação do sujeito pensante detentor de todos os mecanismos cognitivos, para a formulação de um processo dialético de formação de pensamento e principalmente para o entendimento da representatividade discente com a História da Filosofia ensinada nas instituições de ensino.

A partir disso, o argumento central deste texto é que essa escolha pode – e deve – ser feita com base na mobilização e troca de afetos entre educadores, educandos e toda rede de ensino, tendo como objetivo a formação para o antirracismo.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a disciplina de Filosofia ministrada no Ensino Médio, compõe a chamada área das Ciências Humanas, juntamente com as disciplinas Sociologia, História e Geografia e, não podemos ministrar uma ciência humana que não exalta a representatividade discente, não estimula o sujeito a refletir sobre o seu cotidiano, que não abrace as mazelas sofridas pelos educandos e educadores, que não estimule a formação de um sujeito pensante capaz de utilizar a filosofia como base para seus questionamentos. Ao falar do estudo da filosofia como uma ciência que pensa as relações do sujeito inserido num determinado meio social, não podemos deixar de lado toda uma bagagem cultural vinda do corpo discente.

Com o amparo da Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de conteúdos de História da África e dos negros no Brasil em todo currículo de sistemas de ensino, disto isto, propomos caminhos para o ensino de filosofia pautado numa educação antirracista promovendo um giro epistêmico na construção dos saberes já postos em sala de aula, utilizando metodologias diferenciadas, inserindo no currículo pensadores e pensadoras de raças e etnias diversas, compreendendo os anseios de busca de conhecimento de cada educando, estas seriam formas de tornar o ensino de filosofia mais acessível a todos e todas.

Vale ressaltar que não podemos ministrar uma ciência humana que não exalta a representatividade discente, que não estimula o sujeito a refletir sobre o seu cotidiano, que não abrace as mazelas sofridas pelos educandos, que não estimule a formação de um sujeito pensante que tenha capacidade de pensar por si só e utilizar a filosofia como base para seus questionamentos, mas principalmente como base para suas afirmações.

A busca pelo entendimento do ato de existir do ser negro, passa pela construção de identidades, processo esse que não é recente. Não existe consenso sobre sua eficácia de abordagem, pois, durante séculos e até hoje, pesquisadores e estudiosos se debruçaram sobre o assunto na busca da compreensão da necessidade que determinados grupos excluídos pela sociedade tinham, e ainda têm, de compreender suas existências.

Ressaltamos as artimanhas do racismo estrutural que, por estar tão intrínseco em nossa sociedade, age de forma tão presente e eficaz, forjando não a construção de identidades múltiplas e diversas, mas sim de um projeto onde o interesse fundamental seria manter um padrão vigente que exclui boa parte de nossa população. Negras e negros viram-se obrigados a tomar o padrão eurocêntrico como modelo de identidade (SOUZA, 1983), pois:

Nas sociedades de classes multirraciais e racistas como o Brasil, a raça exerce funções simbólicas (valorativas e estratificadoras). A categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe, conforme pertençam ou estejam mais próximos dos padrões raciais da classe/raça dominante (SOUZA, 1983, p. 20).

Ao falar do estudo da filosofia como uma ciência que pensa as relações do sujeito inserido num determinado meio social, é deixada de lado toda uma bagagem cultural vinda do corpo discente. A história da filosofia como ministramos nas aulas de filosofia no cotidiano brasileiro no evidencia um descaso com o sujeito negro na relação ensino-aprendizagem, pois toda identidade humana é construída e histórica; todo mundo tem seu quinhão de pressupostos falsos, erros e imprecisões que a cortesia chama de “mito”, a religião de “heresia” e a ciência de “magia”. Histórias inventadas, biológicas inventadas e afinidades culturais inventadas vêm junto com toda identidade; cada qual é uma espécie de papel que tem que ser roteirizado, estruturado por convenções de narrativa a que o mundo jamais consegue conformar-se realmente (APPIAH, 1997).

Foi criada uma espécie de hierarquia que introduz uma dinâmica na qual o sujeito branco é assegurado de seu lugar de poder e autoridade sobre um grupo que foi historicamente classificado como “menos inteligente” (KILOMBA, 2019). Dentro desta perspectiva, ser negro não é somente ser inferior, mas também “estar fora do lugar”, enquanto ser branco significa “estar no lugar”.

Existiu um suporte ideológico que exaltou a força e a inteligência dos brancos e criou uma lacuna na construção das identidades negras. Uma identidade temida e odiada que emerge como um corpo estranho que o pensamento, surpreendido em suas lacunas, não sabe qualificar (SOUZA, 1983).

Pensar na construção de identidades negras que sejam individuais e/ou grupais é também compreender todo o processo histórico que marcou de forma grotesca a construção ontológica do negro, pois o apagamento de vivências e a perda de vínculos ancestrais e familiares em função do tráfico negreiro produziram consequências que perduram até os dias atuais no Continente Africano e nas diásporas.

Precisamos, primeiramente, entender que as identidades são complexas e múltiplas, e brotam de uma história de respostas mutáveis às forças econômicas, políticas e culturais, quase sempre em oposição a outras identidades. Depois que elas florescem, a

despeito de terem suas raízes em mitos e mentiras, não há, por conseguinte, muito espaço para a razão na construção das identidades (APPIAH, 1997).

Ressaltamos ainda que o processo de construção de identidades é único e individual, tendo como ponto de partida o resgate de vivências e ações cotidianas que podem contribuir para um maior entendimento de como podemos erguer existências e re-existências.

Neste sentido, precisamos voltar os olhares para o que une os negros de África e os negros da diáspora, percebendo qual a principal motivação que perpassa toda a construção do ser negro. Assim, talvez poderemos entender como se pode construir uma identidade que seja pautada na perspectiva do negro enquanto sujeito de sua história e combater a ideia de dominação vigente, que perdura durante muito tempo.

Descolonizar o pensamento é, primeiro, pensar que é necessário que estes sujeitos sejam considerados humanos. Compreendendo que a história do negro possui perspectivas históricas e geográficas diferentes, também entendemos a complexidade de uma identidade global. Ao mesmo tempo, veremos que, dentro de todas essas existências múltiplas, nosso elo está formado.

O processo de construção de identidades negras que buscamos apresentar, provém dos estudos iniciais de alguns autores que nos fazem refletir sobre a necessidade de encontrar caminhos e pensar trajetórias da construção do ser negro.

A possibilidade de nos alimentar de teorias acadêmicas, mas também pelo conhecimento vivo, presente, construído e reconstruído no cotidiano, nos faz buscar tornar visíveis práticas, memórias e patrimônios que até então foram invisibilizados. Dar visibilidade a sujeitos que tiveram suas histórias negadas e subjugadas é possibilitar a construção de identidades negras que de forma ancestral e afetiva irão brotar de corpos historicamente reprimidos e subalternizados.

Diante desta ideia inicial do que é educação, é necessário evidenciar dentro deste processo a importância do ensino de filosofia nas escolas brasileiras, explicitando esta disciplina como uma fonte de saberes para a formação discente, para a formação do sujeito pensante detentor de todos os mecanismos cognitivos, para a formulação de um processo dialético de formação de pensamento e principalmente para o entendimento da representatividade discente com a História da Filosofia ensinada nos colégios brasileiros.

Nos momentos de grande exclusão social, como os tempos atuais, é importante perceber que a educação antirracista precisa ser ainda mais uma orientadora das práticas pedagógicas, e as aulas de filosofia não podem se distanciar desta perspectiva. Isso porque, sem a preocupação com as desigualdades, a escola passa a servir como espaço de reprodução de todas as formas de dominação. Durante as aulas, nas refeições e na sociabilidade, a exclusão naturalizada vai sendo exercida consciente ou inconsciente – independentemente da intenção, gerando graves consequências à formação equânime, à autoestima e ao exercício da cidadania.

Palavras-chave: Filosofia; Identidades Negras; Lei 10.639/03.

REFERÊNCIAS

APPIAH, Kwame Anthony. **Na Casa de Meu Pai: A África na filosofia da cultura.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano.** Tradução de Jess Oliveira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983.